



**16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**  
**Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”**  
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

**Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.**

**POLÍTICA SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL: BREVE ANÁLISE E REFLEXÃO  
HISTÓRICA ACERCA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E DA QUESTÃO SOCIAL NA  
CIDADE DE SÃO FERNANDO (RN)**

**Francisco das Chagas dos Santos Alves<sup>1</sup>**

**Resumo:** O presente estudo traz uma análise histórica acerca da desigualdade social e as consequentes políticas sociais, sob uma reflexão da efetividade destas, são analisados os impactos do programa bolsa família como impulsionador da superação da extrema pobreza na cidade de São Fernando, conclui-se que é necessária maior intervenção estatal como provedor de justiça social e direitos.

**Palavras-Chave:** Questão Social; Desigualdade social; Políticas sociais; Bolsa Família, São Fernando (RN).

**Abstract:** The present study presents a historical analysis of social inequality and the consequent social policies, under a reflection of the effectiveness of these, are analyzed the impacts of the Family Scholarship Program as a booster of Overcoming extreme poverty in the city of São Fernando, it is concluded that greater state intervention is needed as a provider of social justice and rights.

**Keywords:** Social issue; Social inequality; Social policies; Bolsa Família, São Fernando (RN).

## **INTRODUÇÃO**

A desigualdade social sempre foi objeto de crítica, análise e estudo acerca do que motivaram tais condições sociais dos indivíduos, dentre os motivos ou causas elencadas, estão as relações de poder e dominação de determinados indivíduos que tentam impor seus interesses, a fim de perpetuar-se através de suas gerações como se fossem castas, numa relação política clientelista.

Conforme o pensamento de Netto (2012), um fato observável atualmente são os países desenvolvidos, tidos como potências econômicas, agindo de forma protecionista acerca das políticas econômicas e fiscais, a maioria destes agem de forma reguladora na taxação de riqueza, a fim de arrecadar mais tributos para direcioná-los em gastos com políticas sociais; fato esse que não ocorre nos países em desenvolvimento, estes reconhecidos pelo forte teor administrativo patrimonialista, insistem em desenvolver políticas com caráter amenizador e não resolutivo acerca dos problemas sociais, com pretensão de intensificar tal política clientelista de favor, acabam diante disso, intensificando uma dependência econômica ao mercado.

---

<sup>1</sup>Estudante de Graduação. Faculdade Católica Santa Teresinha. E-mail: <frans.chagas@hotmail.com>.

Em contrapartida, diferentemente dos países protecionistas desenvolvidos, os países em desenvolvimento adotam uma estratégia socioeconômica de menor participação estatal, fatos esses que geram políticas sociais emergenciais e compensatórias por causa do maior direcionamento de gastos estatais para atender à interesses do mercado.

Conforme as particularidades anteriormente mostradas, este artigo integra uma reflexão socio-histórica acerca da origem das políticas sociais, tidas como importante mecanismo no enfrentamento da extrema pobreza realizando, contudo, uma análise em especial aos efeitos do programa de distribuição de renda – Bolsa Família numa cidade com pequena densidade demográfica, São Fernando – RN, que ainda é muito dependente do mercado agrícola, e sofre com as intempéries advindas da seca devido a histórica falta de políticas sociais abrangentes.

### **DESIGUALDADE SOCIAL: reflexões sobre as políticas sociais como consequências históricas**

A questão da desigualdade social está presente na sociedade desde a antiguidade, de acordo com Weffort (2011), ela está ligada por antagonismo político ou de privilégios hierárquicos e hereditários, onde certos indivíduos mantinham domínio sobre outros, com a prerrogativa de oferecer-lhes segurança, paz e a consequente ordem social. Tal domínio junto à misticidade, durante o passar do tempo, criou uma sociedade dividida em classes sociais e políticas que tentam à todo custo manter privilégios e ambições.

Na premissa de manter privilégios, a alta classe social impôs seus interesses à todo custo, mesmo que tais ambições vão contra, e prejudiquem os interesses das classes sociais subalternas, essas que até então, mostraram-se passíveis de tal ofensiva, mas conforme a sociedade foi desenvolvendo-se, não só economicamente, mas também racionalmente ao questionar a ordem e a misticidade tão forte nessa época, utilizando-se do empirismo científico para isso, ela cria uma consciência de combate e repúdio contra esses privilégios.

Uma época em especial que denota tal comportamento social, é o período caracterizado pela transição da Idade Moderna para a Idade Contemporânea, são características desse período, crises estruturais, econômicas e culturais, como as extravagâncias e abusos econômicos dos reis e toda a aristocracia que os acompanhavam, como também a igreja Católica, que diante da forte pauperização derivada de tais abusos, tinha um pensamento fundamentalista e assistencialista em relação a naturalizar essa condição humana, ou seja, o forte pauperismo, característico

às classes subalternas nessa época, era visto como culpa ou destino divino do sujeito, e não como consequência lógica desses abusos, vindos do topo social, a pobreza era tratada de forma caritativa naquela época pela igreja Católica.

Conforme a situação social se deteriorava por causa dos abusos da alta classe social, mesmo tendo escassas políticas assistencialistas da igreja, de acordo com Behring e Boschetti (2006), a Inglaterra assume destaque na elaboração de políticas sociais; a Lei dos Pobres de 1601, onde a Rainha Elisabeth, na tentativa de conter as revoltas e manifestações crescentes, ordena a criação de fundos paroquiais para arrecadar dinheiro através da taxaçoão progressiva em valores sobre terras, o que acabou dando um melhor dinamismo e gerou mais consumo a economia local; mesmo assim, ainda continuaram altos e desnecessários os gastos e as cobranças de impostos pela nobreza.

De acordo com Hobsbawm (1977), uma classe social formada por comerciantes, até então emergente na época, foi desvencilhando-se territorialmente da nobreza, e conseqüentemente, formando núcleos comerciais próximos às áreas de grande população (burgos) para fomentar um tipo livre e próprio de comércio e troca de mercadorias sem taxaçoão da nobreza. Conforme o êxito desse novo tipo de comercializaçoão, a nova classe social (burguesia) passa a ter maior atividade social, política e até cultural, devido a sua forte organizaçoão ao questionar as estruturas e ações administrativas da nobreza, questionavam a ordem social até então vigente, visando uma inclusão social, e conseqüente cidadania através da igualdade, liberdade e consciência de direitos e deveres.

Surgem as Revoluções burguesas como consequência e reação, por uma universalizaçoão de direitos, e conseqüentemente uma nova ordem nas relações político sociais, a fim de ter maior liberdade sociocultural, autonomia econômica e política aos indivíduos.

Diante disso, na opinião de Hobsbawm (2012), a burguesia passa a ser classe social protagonista nas relações sociais e comerciais, a manufatura perde lugar para a maquinofatura com as inovaçoões tecnológicas, para dar mais dinamismo e lucro no processo fabril. É consolidada, a partir disso, a revolução industrial, as relações de trabalho passam a ser assalariadas, e surge também uma relação antagônica entre capital e trabalho, onde os detentores da propriedade privada ou dos bens de produçoão passam a ter bastante influência na relação de subsunçoão das classes subalternas ao trabalho, as relações sociais e comerciais são pautadas a partir da mercantilizaçoão e coisificaçoão não só das mercadorias, mas também da força de trabalho, numa maior valorizaçoão às relações de trocas e de utilidades das mercadorias, do que a condiçoão laboral humana.

A igreja Católica nesse cenário começa a perder boa parte de sua influência social e cultural, antes pouco contestada ou questionada, para o empirismo científico, derivado do período iluminista nascente; o catolicismo começa então, a rever e corrigir seus erros do passado, através de um novo olhar a questão social que passa, a partir dessa nova ordem social, a ser o foco acerca das implicações sofridas pelas novas relações sociais, econômicas e laborais. As encíclicas papais (principalmente a *Rerum Novarum*<sup>2</sup>) são fundamentais perante a visão social de alerta sobre o agravamento da questão social.

De acordo com Santos (2012), as formas de precarização que até então estavam ocorrendo, como o forte êxodo rural e o conseqüente inchamento dos centros industriais urbanos denotaram um estado de calamidade, surgem diversos problemas sociais como a violência, prostituição e a mendicância derivada do forte exército industrial de reserva; também eram explícitas as precárias relações e condições laborais, como a alta carga de jornada de trabalho, onde mulheres e crianças eram as mais prejudicadas e desvalorizadas monetariamente. A igreja cobrava um olhar mais assistencialista do Estado moderno burguês em forma de colaboração para o tratamento dessa situação.

Segundo Marx (1996), a questão da busca da “emancipação humana”, ofertada pela burguesia às demais classes sociais, quando esta voltasse contra o absolutismo, tomou outro direcionamento sociocultural e econômico, mostrou-se diferente, pois a questão da liberdade e universalidade mostrou-se abstrata em relação a sua efetividade; não que tal revolução teve sua importância mediante a ordem social anterior, com a emancipação política dos indivíduos e com o conseqüente novo Estado Democrático de Direito; só que, tais conquistas passaram a ser usufruídas de forma privilegiada à classe burguesa.

Com isso, às classes subalternas, restou apenas subverter à essa nova ordem, em sua maioria, num estado social e econômico de subsistência a fim de sobreviverem, pois a burguesia não provocou só uma relação entre capital e trabalho, provocou também uma moralização conservadora cultural, individualista e/ou egoísta dos indivíduos, através da busca por maior controle, influência social, política e lucratividade econômica, tendo o novo Estado Burguês como representante alienante, dotado de força policial coercitiva.

O novo rumo burguês trouxe graves complicações sociais e políticas, esta classe que antes era revolucionária, passou a ser conservadora e acrítica às tensões sociais;

---

<sup>2</sup> Encíclica Papal escrita pelo Papa Leão XII em 15 de maio de 1891, tratava-se de uma carta aberta à todos os bispos acerca da condição da classe operária mediante a forte exploração e acúmulo de riquezas e a conseqüente de princípios ético e valores morais que deveriam se postos a fim de ter iguais condições e justiça social. Disponível em <[http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html)> acesso em 28 de maio de 2019.

com isso eclodiu um questionamento acerca de tal *ethos*, surgem ideologias críticas ao comportamento explorador burguês, as principais são do alemão Karl Marx (1996), que desvenda à sociedade, e principalmente aos trabalhadores, o quão feroz e desumano é o capitalismo; junto à Friedrich Engels, Marx escreve diversas obras à respeito das implicações que o capital, de forma alienante, faz não só economicamente, mas também culturalmente ao espoliar o indivíduo de sua essência social, tornando-o acrítico.

Diante disso, em seus escritos, Marx (1996) enfatiza a necessidade da conscientização da classe trabalhadora, a fim de organizar-se e reivindicar direitos e melhores condições laborais, sendo isso um estopim para o processo de superação do capitalismo; partindo através disso, do socialismo ao comunismo que seria o estágio final de emancipação do indivíduo e do fim da propriedade privada, obtendo assim, uma nova relação social e laboral cooperativista. Tais ideias tiveram bastante repercussão mundial, os trabalhadores passaram a se organizar, surgiram os sindicatos, e com isso, os mesmos começaram a tensionar seus patrões e Estado através de manifestações, por melhores condições laborais e sociais, com greves e manifestos na Europa. Em reação a isso, o Estado agiu de forma repreensiva contra os trabalhadores e sindicatos na tentativa de desmobilizá-los, só que, por ser dependente da força de trabalho para obter lucro, cede a algumas reivindicações trabalhistas; a regularização da jornada de trabalho, maiores ajustes salariais, como também fundos de aposentadoria e de pensão, em casos de acidentes de trabalho e consequente invalidez, foram conquistas consequentes de tais movimentos.

A Alemanha é pioneira na implementação de seguros sociais, de acordo com Behring e Boschetti (2011), o modelo previdenciário proposto por Otto Von Bismarck, de Caixas de aposentadorias e pensão, tornou-se um marco em relação às conquistas por melhores condições de vida dos trabalhadores da época, modelo esse, que perdura até os dias atuais, através da contribuição compulsória de parte dos salários dos trabalhadores, para dar sustento e seguro progressivo aos ex trabalhadores idosos aposentados, também aos trabalhadores acidentados laboralmente e aos que queiram ser assegurados no futuro.

Quanto à gestão deste seguro, a fim de melhor aplicabilidade, complementam Behring, Boschetti (2011, p. 66). “Os seguros eram originalmente organizados em caixas estruturadas por tipos de risco social: caixas de aposentadoria, caixas de seguro – saúde, e assim por diante, e eram geridos pelos contribuintes, ou seja, por empregadores e empregados”.

Através disso, é notório que havia uma mútua ação entre o Estado, trabalhadores e empregadores, numa perspectiva de ter maior controle na aplicação de gastos, derivados dessas contribuições aos assegurados.

Parafrazeando Santos (2012), o mundo se desperta acerca das necessidades sociais, as crescentes expressões da questão social, como a miséria, a fome, o desemprego e as crises capitalistas, derivadas do grande acúmulo desigual de renda nas mãos de poucas pessoas, são assuntos reflexivos acerca da necessidade de intervenção estatal; à igreja com seu viés assistencialista ou caritativo, já não era mais sustentável tal situação, surge a problemática para a criação de políticas assistenciais do Estado, a fim de minimizar tal crítica situação.

Todavia, situação essa que se complica ainda mais com a grande crise do capital (depressão de 1929) e as duas guerras mundiais, palco de conflitos de interesses de dominação econômica e cultural, que fizeram a nova indústria bélica como bastante lucrativa ao capital, é perceptível a partir disso, o *ethos* desumano do capital, o mundo se depara com uma crise econômica e humanitária sem precedentes, devida a forte mortalidade provocada, não só pela desigualdade social, mas também pelos conflitos de interesse hegemônico oriundos do pós guerra.

Segundo Behring e Boschetti (2011), passado essas crises estruturais do capitalismo, o mesmo adquire um status mais avassalador e destrutivo socialmente, a fase monopolista, caracterizada pelo forte poderio econômico englobante do mercado, advindo da maior lucratividade da indústria bélica, como também de acordo com Hobsbawm (1995), a nova configuração política imperialista norte americana e o desgaste estrutural pós-guerra das nações, despertam ainda mais as nações para a necessidade de maior distribuição de renda e investimentos em infraestrutura para a geração de emprego e renda.

Ainda enfatizam Behring e Boschetti (2011), que medidas sociais, como o plano Beveridge<sup>3</sup>, tornam-se marco em referência e inspiração da assistência social moderna, pois o plano dava seguro social não só aos trabalhadores com contribuição destes, mas também às famílias que estavam em situação de extrema vulnerabilidade social, sob uma forma unificada de um sistema de cobertura social, que passa a fazer parte da tríade saúde, seguridade social e assistência social, o que acabou também dando suporte anos mais tarde, devido às tensões populistas pela efetividade de direitos, para o novo tipo de Estado.

O Welfare State – Estado de Bem Estar Social, surge como expoente em relação à maior intervenção deste em relação à promoção de políticas públicas e sociais, de forma igualitária e universal à população, além de mais investimentos e na maior

---

<sup>3</sup> De autoria do economista britânico William Henry Beveridge, o plano Beveridge consistiu numa ampla e gradual proteção social universal do Estado à população, unificando os demais serviços de proteção social a fim de torná-los num sistema único de assistência social, através do custeio estatal. Disponível em <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,antecedentes-historicos-da-seguridade-social-no-mundo-e-no-brasil,44593.html>> acesso em 28 de maio de 2019.

criação de políticas sociais, sob a pretensão de investir e dar incentivo fiscal aos empregadores para posteriormente cobrir tais investimentos através de posterior aumento gradual de impostos.

Tendo em vista a necessidade de criação de uma política mais abrangente e eficaz por parte da assistência social no Brasil, e a conseqüente descentralização dos serviços de atendimento e acompanhamento em atenção às famílias em vulnerabilidade social, devido a maior precarização das expressões da Questão Social e as conseqüentes ofensivas neoliberais; Faz-se necessário compreender, refletir e mediar as relações sociais, a fim de criar vínculos com tais famílias e promover o acesso aos direitos fundamentais destas.

A LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) criada no ano de 1993, tem o objetivo de prover maior proteção e amparo social, através de uma organização administrativa descentralizada e referencial, a fim de ter inclusão de usuários em precárias condições sociais à serviços de vínculos. Além de tal lei, ser arcabouço legal, direcionador para a Política Nacional de Assistência Social, e o conseqüente Sistema Único da Assistência Social – SUAS. A assistência social desde a constituição de 88 sempre teve sua representatividade estabelecida através de um ministério próprio ou independente.

Entretanto, a política de assistência social teve uma regressão referente a sua representatividade, outrora nos governos de Lula e Dilma, era gerenciada através do Ministério do Desenvolvimento Social, atualmente no governo Bolsonaro, a assistência social faz parte da secretaria Especial do Desenvolvimento Social, vinculado ao ministério da Cidadania, tal medida neoliberal acaba descaracterizando a importância e autonomia das políticas sociais acerca do planejamento, abrangência e eficácia destas perante a precarização das expressões da questão social.

### **POLÍTICAS SOCIAIS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: os impactos das particularidades do município de São Fernando**

Com base em Andrade (1998), é preciso entender como se deram originalmente as políticas públicas sociais no Estado do Rio Grande do Norte, ao qual a cidade de São Fernando faz parte; a região nordeste até hoje é estigmatizada como região subdesenvolvida, e que ainda sofre com as intempéries oriundas da seca, de fato, não há como negar que até os dias atuais essa região ainda sofre os impactos derivados dos ciclos das secas, só que, é preciso atentar-se ao fato de que em sua conjuntura histórica o Estado Brasileiro interviu nessa região com políticas sociais focalistas, de forma emergencial ou paliativas sob essa problemática, pois não haviam estudos que

contemplassem de maneira particular as reais necessidades que as famílias no campo tinham, havia estudos superficiais ou generalizados acerca das necessidades destas, munidos ainda de uma visão conservadora acerca de tal problemática .

Todavia, tais políticas abrangeram somente os grandes latifundiários rurais, o que em decorrência disso, acabou gerando maior concentração de riqueza nas mãos desses proprietários, e conseqüente agravamento das expressões da questão social, gerando assim, maior desigualdade social, uma vez que o Nordeste, e em específico o Estado do Rio Grande do Norte, ficou caracterizado sociopoliticamente pela predominância de oligarquias, o que conseqüentemente acabou gerando uma forte relação patrimonialista de dominância política dessas famílias que sempre estiveram no poder político, sob uma atuação clientelista, fato esse, que corroborou com a dependência agrícola da região até os anos 70, tendo o início de sua industrialização até então tardia a partir dessa década, particularidades estas que não fogem aos padrões em específico, à cidade de São Fernando.

Partindo de uma perspectiva específica em relação aos efeitos da desigualdade social, conforme elencada anteriormente numa ordem cronológica, a fim de compreender os efeitos das políticas sociais durante o tempo e, no caso particular em relação a análise adiante, que será feita sobre as ações ou abrangência de tais políticas ocorridas dos anos 70 aos anos atuais, foi necessário entender os seus impactos numa cidade com baixa densidade demográfica; localizada no Estado do Rio Grande do Norte, à 293,4 quilômetros da capital Natal, na Microrregião Seridó Ocidental, sob um clima semiárido, com sua economia local ainda muito dependente da agropecuária e do pequeno comércio desde seu primórdio.

A cidade de São Fernando, conforme o período citado, sofre também as conseqüências sociais derivadas desse patrimonialismo que marcaram politicamente o Estado do RN. O período dos anos 70 à 85, caracterizados nacionalmente por um período ditatorial, e a posterior abertura política, devida a turbulenta crise política e econômica, marcou profundamente o país e o Estado do Rio Grande do Norte.

Por conseguinte, a cidade de São Fernando tem um extenso ciclo de seca, a recém industrialização no Estado, como também à falta de políticas sociais abrangentes, acessíveis às pessoas que mais necessitavam, tais fatos acabaram provocando um intenso êxodo rural de boa parte dos seus habitantes para outras regiões ou estados a fim de ter melhores condições de vida, devido às novas relações de trabalho assalariado derivadas da industrialização; pois segundo o IBGE, boa parte da população do interior do Rio Grande do Norte era analfabeta e não tinha qualificação profissional por causa da falta, em alguns municípios: de escolas públicas de 2º grau, como também falta de escolas rurais ou de sistemas de transporte que permitam o



acesso de populações rurais às escolas, e/ou carência de escolas do 1º grau nas zonas rurais; o gráfico<sup>4</sup> a seguir contém informações acerca da taxa de analfabetismo na região do Seridó e, conforme destacado em negrito, a cidade de São Fernando nas décadas de 70, 80 e 90.

SERIDÓ: NÚMERO DE PESSOAS ANALFABETAS, DE 15 ANOS E MAIS - 1970-91

ESTADO, SERIDÓ, ZONAS HOMOGÊNEAS E MUNICÍPIOS	1970	1980	1991
<b>Seridó</b>	<b>77.268</b>	<b>68.345</b>	<b>68.945</b>
<i>Currais Novos</i>	<i>24.269</i>	<i>20.612</i>	<i>19.987</i>
Acari	3.042	2.632	2.344
Carnaúba dos Dantas	1.226	809	1.054
Currais Novos	8.003	7.932	8.288
Equador	1.458	1.117	1.477
Parelhas	3.337	3.421	3.258
São Tomé	7.203	4.701	3.560
<b>Caicó</b>	<b>25.437</b>	<b>22.984</b>	<b>23.943</b>
Caicó	9.965	9.143	9.217
Cruzeta	1.977	1.521	1.875
Ipueira	479	346	295
Jardim de Piranhas	2.617	2.517	2.765
Jardim do Seridó	2.159	2.333	2.483
Ouro Branco	1.238	1.161	962
Santana do Seridó	647	557	494
<b>São Fernando</b>	<b>828</b>	<b>731</b>	<b>989</b>
São João do Sabugi	1.183	982	1.103
São José do Seridó	1.075	966	989
Serra Negra do Norte	2.856	2.400	2.365
Timbaúba dos Batistas	407	326	407
<i>Serras Centrais</i>	<i>27.577</i>	<i>24.750</i>	<i>25.019</i>
Campo Grande	4.098	4.099	3.806
Cerro Corá	4.265	3.408	2.936
Florânia	3.546	3.009	3.483
Jucurutu	4.353	4.407	4.636
Lagoa Nova	2.231	2.770	2.903
Santana do Matos	7.297	5.482	5.903
São Vicente	1.786	1.575	1.352

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Pnud-Ipea-Ibge-FJP (1997)- Relatório de desenvolvimento humano do Brasil, 1997.

Sendo assim, esse período ficou caracterizado pelo forte desemprego e informalidade, derivados dessa situação de negação ou precariedade de direitos fundamentais à formação e bem-estar social do ser humano, como a educação, saúde e assistência social. Fato esse que é perceptível nesse período, conforme mostra o valor do Índice de Desenvolvimento Humano- IDH<sup>5</sup> de 0,291, e o índice de desigualdade social Gini<sup>6</sup> como média dos municípios do Brasil no valor de 0,490 nos anos 70 e 80.

Segundo Sposati (2004), a década de 90 é significativa, no que se atente à conquista de direitos referentes à unificação das políticas públicas e sociais e a consequente aplicabilidade tripartite descentralizada delas, respaldadas à época pela recém constituição Federal. Em particular, tem destaque de início as conquistas na tríade saúde, assistência social e previdência, com a universalidade e gratuidade de acesso ou participação democrática dos usuários através dos conselhos populares, a criação dos serviços de saúde pelo Sistema Único de Saúde – SUS, e em específico,

<sup>4</sup> FONTE: Pnud-Ipea-Ibge-FJP (1997)- Relatório de desenvolvimento humano do Brasil, 1997.

<sup>5</sup> Índice de Desenvolvimento Humano – É caracterizada por uma medida de progresso de países ou regiões ao longo prazo, sob três dimensões a serem analisadas, saúde, educação e renda. Quanto maior o IDH maior é o desenvolvimento de determinada região. Disponível em <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>> acesso em 30 de maio de 2019.

<sup>6</sup> o Índice de Gini – Criado pelo matemático Conrado Gini é um instrumento para medir o grau de desigualdade social, ele aponta a diferença entre desenvolvimento dos mais pobres com os mais ricos, quanto menor o índice Gini, menor é a desigualdade em determinada região. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28)> acesso em 30 de maio de 2019.

uma maior importância à assistência social com a criação da Lei Orgânica de Assistência Social, marco que enfatizou devida atenção às pessoas com necessidades especiais e idosos em situação de vulnerabilidade social, acabou gerando maior expectativa de vida à essas populações.

Fato esse, comprovado pelo aumento do IDH nas três esferas territoriais, e em particular na cidade de São Fernando, que nesse período teve maior acesso à tais serviços, e conseqüente significativo aumento de seu comércio local, o que acabou gerando mais empregos e renda; segundo o IBGE houve um aumento no município do IDH para 0,440, como também uma diminuição seu índice de desigualdade social Gini para 0,480 em relação à média dos municípios do Brasil dos anos 70.

Os anos 2000 surgem como desafio em relação às políticas de desregulamentação e participação do Estado brasileiro, realizadas na década anterior com as privatizações de serviços do setor energético e das telecomunicações, tidos como importantes para a indústria brasileira. Contudo, o novo milênio traz também novos caminhos para a assistência social como reação às reivindicações populistas contra a desigualdade social e as expressões da questão social daí derivadas, como a fome e a miséria. Emerge, portanto, a Política Nacional da Assistência Social – PNAS, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e os derivados programas de distribuição de renda que visam dar crédito de caráter temporário à população mais carente, a fim de que esta possa ter o mínimo de condições dignas de superar a situação de extremo pauperismo, conforme a forte inflação, característica das políticas neoliberais. É, pois, que são criados programas sociais como o Bolsa Escola, fome zero e vale gás, que posteriormente foram unificados com o Programa Bolsa Família.

Com isso, analisando os efeitos de tais programas, particularmente na cidade de São Fernando- RN<sup>7</sup>, o programa Bolsa Família teve maior amplitude ou abrangência de sua aplicabilidade no acompanhamento dos usuários através da interação entre sistemas de dados, principalmente da educação e da saúde, fundamentais para acompanhar a situação das famílias assistidas, impondo-as condicionalidades vindas das áreas da saúde através do acompanhamento profilático destas, e da educação com a frequência escolar.

Aliado a isso, há o fato de que houve bastante incentivo por parte do governo municipal na contratação de fábricas de tecelagem, a fim de gerar mais emprego e renda através da isenção de gastos com água e energia oferecidos aos empregadores, tais atitudes, acabaram gerando maior poder de compra a população, e conseqüentemente

---

<sup>7</sup> Fonte: Dados pesquisados na Secretaria de Assistência Social e no Site do Governo Municipal de São Fernando-RN. Disponível em <<http://saofernando.rn.gov.br/index.php>> acesso em 01 de junho de 2019.

foram importantes não só para a área urbana, mas também para o pequeno agricultor da zona rural que passou a ter uma renda principalmente em épocas de grande seca, e em especial pelo motivo do município de São Fernando ser de pequeno porte territorial e populacional, que teve a diminuição de seu índice de desigualdade social Gini atualmente para 0,440 e o aumento de seu IDH para 0,608.

Com base nos dados atuais oferecidos pelo Ministério da Cidadania, no último mês de março deste ano de 2019, cerca de 419 famílias estão sendo beneficiadas e acompanhadas pelo programa bolsa família, o que representa uma estimativa de cobertura de 102,9 % das famílias pobres do município, dado esse caracterizado pela regra de permanência do bolsa família conforme consta na Portaria MDS nº 617/2010.

A “regra de permanência” permite que a família tenha variação de renda acima da linha de pobreza e permaneça no Programa por até dois anos, desde que não ultrapasse meio salário mínimo por pessoa. Já os beneficiários que aumentam sua renda para acima de meio salário mínimo contam com a proteção do retorno garantido.

Tais famílias recebem em média um valor mensal de 168,83 reais do programa de um total em média de 79.180 reais transferido pelo governo federal. Devido ainda a falta de oportunidades de melhores condições sociais pelo Estado, e pelo caráter emergencial e temporário do programa, a fim de promover um meio de superação da extrema pobreza com a distribuição de renda, é perceptível uma longa permanência de algumas famílias ao programa, fato esse que se deriva devido ainda a falta de oportunidades de emprego, e conseqüentemente a falta de estabilidade laboral, devido a precarização deste.

Sendo assim, é notável a importância dos programas de distribuição de renda na cidade de São Fernando, pois há, através disso, um fomento maior no consumo ao comércio local, e conseqüente qualidade no acesso aos serviços de saúde e educação, uma vez que a renda derivada do bolsa família dá mínimo necessário para que determinada família possa ter condições dignas de sobrevivência, através da oferta serviços essenciais universais, gratuitos e de qualidade pelo Estado, que deve ser sempre responsabilizado por tal oferta, já que é necessário que este esteja presente a fim de promover, de forma descentralizada, oportunidades de emprego e renda fidedignas à uma ampla e melhor condição socioeconômica de tais indivíduos, sendo necessário a taxação proporcional de riquezas para manter o custeio de tais políticas ou incentivos, isso acarretaria um novo Estado de Bem Estar Social, só que dessa vez mais justo e equitativo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme exposto, se faz importante entender a origem das causas da desigualdade social, pois ela é um sintoma de uma sociedade que está perdendo o seu sentido humanizador ou cooperativista, devido a um processo ou uma cultura da dependência em relação ao mercado, provocada pela globalização capitalista, onde os indivíduos são tratados como coisas ou peças de tabuleiro, de um conservadorismo persistente sobre a visão da condição do ser, vindo das altas classes sociais, como se tal situação social fosse consequência ou culpa do indivíduo, e não de um Estado neoliberal que tende a se desresponsabilizar acerca do seu dever de provedor de direitos sociais, que somente atende às necessidades da burguesia, o que acaba ocasionando sérias consequências como a exclusão e desigualdade social.

Portanto, diante de tal discussão, é possível compreender que é necessário uma maior organização e consciência das classes subalternas acerca dos seus direitos e deveres em relação ao acesso à serviços tidos como fundamentais ao bem estar social como a educação, saúde, assistência social e previdência, na intenção de tensionar o Estado, para que este promova justiça social através de reformas tributárias, num pacto federativo com uma maior distribuição orçamentária aos demais entes federativos (estados e municípios), e como consequência, a taxação de riquezas a fim de ter maior equidade e justiça social, através de maior cobrança proporcional feita pelo Estado à renda dos seus contribuintes para arrecadar mais verbas para custeio das políticas sociais .

Tida como fundamental ao bem-estar social, tal taxação seria fundamental para arrecadar recursos para o programa Bolsa Família por exemplo, pois acaba incidindo na cobertura de número maior de pessoas que necessitem de assistência, por parte do Estado, principalmente em locais onde o custo-benefício de se viver é alto e, conseqüentemente, a cobertura do programa é pouco significativa; por isso é necessário enfatizar a necessidade de tensionar o Estado contra o acúmulo de riqueza vindo de privilégios político econômicos, uma vez que esse mesmo Estado, como visto anteriormente, somente age de forma amenizadora diante das manifestações e dos problemas sociais conforme a situação social foge ao seu controle alienante.

Faz-se imperioso o acompanhamento e análise dos índices de desenvolvimento e desigualdades, no que tange o planejamento de políticas e programas sociais de amplo alcance, caracterizando-se enquanto instrumento de apoio efetivo às ações no âmbito das políticas sociais.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**. 6ªed. São Paulo: Cortez, 1998.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortez. 2011.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Planejamento e Finanças. **Plano de desenvolvimento sustentável da região do Seridó do Rio Grande do Norte volume 1: diagnóstico**. Caicó: SEPLAN, 2000.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital**. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOBBSAWN, Eric. **Era das Revoluções**. 1º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Disponível em < <https://farofafilosofica.com/2017/03/27/eric-hobsbawn-bibliografia-em-pdf/>>

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: O breve Século XX**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Eric%20Hobsbawm-1.pdf>>

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Impérios**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Disponível em < <https://farofafilosofica.com/2017/03/27/eric-hobsbawn-bibliografia-em-pdf/>>.

MARX, Karl. **O Capital**. 1ª ed. São Paulo: Nova Cultural. 1996. Disponível em < [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_fontes/acer\\_marx/ocapital-1.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf)>

NETTO, José Paulo. **Economia política uma introdução crítica**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”: particularidades no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004.

WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política**. Vol.1. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2011.